

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO¹

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Anchieta

Gestor responsável: Renan de Oliveira Delfino

Exercício: 2024

1. Introdução

As atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foram estabelecidas tomando-se por parâmetro os pontos de controle constantes da Instrução Normativa TCEES 68/2020, definidos em matriz de risco constante no Plano de Ação das Atividades de Controle Interno – Processo Administrativo CMA nº 000449/2024.

O Plano Anual de Auditoria Interna, constante do Plano de Ação das Atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foi elaborado com base no conceito de Auditoria Baseada em Risco, cujos pontos de controle constantes da Tabela Referencial foram determinados em face do risco, materialidade, relevância e criticidade, visando assegurar o cumprimento da missão institucional e a salvaguarda dos ativos.

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68/2020 e suas alterações:

Código	Objeto	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada ²
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	000793/2025	• Lei 4.320/1964 art.60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	As despesas orçamentárias do exercício de 2024.	Balancete da despesa Orçamentária de 2024
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	000793/2025	CF/88, art.40. LRF art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a)estão sendo	Balanço Patrimonial e demonstrativo da Dívida Fundada	Balanço Patrimonial e demonstrativo da Dívida Fundada

¹ Artigo 43, VI da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

² Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.

			lei local	<p>registrados como passivo da entidade;</p> <p>b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS;</p> <p>C) Se seu saldo está sendo corrigido mensalmente por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</p>		
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	000793/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o Inventário Anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como foram se evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes da depreciação, amortização	5.506.861,62	5.506.861,62

				ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	000793/2025	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e se existe indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente de guarda e administração.	registros analíticos de bens de caráter permanente e Termo de Posse e guarda.	INVALMO; INVMO; INVIMOV e INVINT
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	000793/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício	Balanço Patrimonial de 2024 e Extratos Bancários de 2024 e jan./2025.	Balanço Patrimonial de 2024 e Extratos Bancários de 2024 e jan./2025
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	000793/2025	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimensalmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados	- Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa)	- Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa)

				os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	com Pessoal)	com Pessoal)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	000793/2025	LC 101/2000, art. 21,	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do Artigo 21 da LRF	PESS – Declaração do Chefe do Poder	PESS – Declaração do Chefe do Poder
1.4.9	Despesa com pessoal – aumento das despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato.	000793/2025	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	PESS – Declaração do Chefe do Poder e Conta contábil 31901101000 Vencimentos e Salários do Balancete de Verificação	PESS – Declaração do Chefe do Poder e Conta contábil 31901101000 Vencimentos e Salários do Balancete de Verificação
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	000793/2025	Lei 101/2000 art. 22, parágrafo único	Avaliar se A despesa total com pessoal excede 95% do limite máximo permitido para o Poder e no caso de ocorrência as vedações previstas foram observadas	Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa com Pessoal)	Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa com Pessoal)

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	000793/2025	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, parágrafos 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo	Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa com Pessoal)	Anexo 01 da RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e Anexo 03 RGF (Demonstrativo da Despesa com Pessoal)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	000793/2025	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Balancete da Despesa por elemento de despesa e o Balancete da Receita Extraorçamentária.	Balancete da Despesa por elemento de despesa e o Balancete da Receita Extraorçamentária.
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	000793/2025	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	- Balancete da Receita Orçamentária do Município e Balancete da Despesa orçamentária da CMA	Balancete da Receita Orçamentária do Município e Balancete da Despesa orçamentária da CMA
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A DA CRFB/88.	000793/2025	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita	- Balancete da Receita Orçamentária do Município e o Balancete Analítico da Despesa Orçamentária da CMA	Balancete da Receita Orçamentária do Município e o Balancete Analítico da Despesa Orçamentária da CMA

				tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior		
1.5.2	Segregação de funções	000793/2025	CRFB/88 art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Fluxo da despesa automatizado via sistema	Fluxo da despesa automatizado via sistema
2.3.5	Cancelamento de passivos	000793/2025	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Balancete Contábil de Verificação referente 2024	Balancete Contábil de Verificação referente 2024

2. Demais Ações Executados Pela UCCI

Durante o período, a UCCI expediu diversos comunicados internos, ofícios, realizou reuniões e treinamentos, participou de cursos online, realizou monitoramento das recomendações expedidas e outros. Sendo elas:

2.1 Comunicados Internos Expedidos Pela UCCI

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA					
COMUNICADOS INTERNOS EXPEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2023					
C.I Nº	DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRÍÇÃO	Situação
1	15/01/2024	449/2024	Presidência	Plano Anual de Auditoria - 2024	Concluído
2	06/02/2024	535/2024	Presidência	Auditoria na seção de contabilidade	Concluído
3	21/03/2024	1185/2024	Presidência	Informações sobre Tomada de Contas Especial	Concluído
4	15/04/2024	1616/2024	Gerência de Contratações	Fiscalização do Portal - PNTP	Concluído
5	16/04/2024	1643/2024	Presidência	Fiscalização do Portal - PNTP	Concluído
6	02/05/2024	1969/2024	Gerência de Contabilidade	Atualização da I.N SFI 002 Suprimento de Fundos	Concluído
7	31/05/2024	3207/2024	Presidência	Solicitação de Férias	Concluído
8	12/06/2024	2621/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade 185.2024-2	Concluído
9	12/06/2025	2622/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade 186.2024-7	Concluído
10	12/06/2025	2623/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade 195.2024-6	Concluído
11	12/06/2025	2624/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade 197.2024-5.	Concluído
12	12/06/2025	2625/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade	Concluído

				210.2024-7.	
13	12/06/2025	2628/2024	Presidência	Comunicação de Notícia de Irregularidade 196.2024-1.	Concluído

2.2 Auditoria e Fiscalizações realizadas

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA				
AUDITORIA / INSPEÇÕES - 2023				
DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRÍÇÃO	Situação
06/02/2024	535/2024	Presidência	Auditoria na seção de contabilidade	Concluído
15/04/2024	1616/2024	Gerência de Contratações	Fiscalização do Portal - PNTP	Concluído
16/04/2024	1643/2024	Presidência	Fiscalização do Portal - PNTP	Concluído

3. Auditorias e outros procedimentos realizados

Tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, esta UCCI com base na amostra selecionada não identificou achados de auditoria que resultassem em proposições, alertas e ou medidas de saneamento.

Item 1.1.2) Despesa – realização sem prévio empenho

O art. 60 da Lei 4.320/1964 dispõe que é vedada a realização de despesas sem prévio empenho. Buscando identificar o cumprimento da regra, verificou-se, por intermédio do balancete da despesa orçamentária por elemento de despesa de 2024, Anexo I, que o Saldo de dotação orçamentária no período totalizou R\$ 199.238,74, portanto, não houve a realização da despesa ou a assunção de obrigações que excedessem os créditos orçamentários ou adicionais.

MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇETE DA DESPESA POR ELEMENTO PERÍODO: 2024 - ANUAL														
Descrição	Autorização		Empenhado		Saldo de Dotação	Liquidação		Empenhado a Liquidar	Pago		Liquidado a Pagar	Empenhado a Pagar		
	Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		No Período	Até o Período				
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
30000000000 - DESPESAS CORRENTES	17.451.000,00	16.087.862,78	15.892.805,54	15.892.805,54	195.057,24	15.887.710,92	15.887.710,92	5.094,62	15.849.182,14	15.849.182,14	38.528,78	43.623,40		
3100000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.203.000,00	11.510.339,30	11.498.511,05	11.498.511,05	23.078,75	11.496.511,05	11.496.511,05	0,00	11.486.511,05	11.486.511,05	0,00	0,00		
3190000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	12.533.000,00	10.927.966,83	10.911.146,83	10.911.146,83	16.819,95	10.911.146,83	10.911.146,83	0,00	10.911.146,83	10.911.146,83	0,00	0,00		
3190110000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.900.000,00	9.980.350,84	9.964.961,29	9.964.961,29	15.389,55	9.964.961,29	9.964.961,29	0,00	9.964.961,29	9.964.961,29	0,00	0,00		
3190130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.300.000,00	771.945,43	771.945,43	771.945,43	0,00	771.945,43	771.945,43	0,00	771.945,43	771.945,43	0,00	0,00		
3190910000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	670,57	670,57	670,57	0,00	670,57	670,57	0,00	670,57	670,57	0,00	0,00		
3190920000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	1.399,99	820,85	820,85	579,14	820,85	820,85	0,00	820,85	820,85	0,00	0,00		
3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	380,000,00	173.600,00	172.748,74	172.748,74	851,26	172.748,74	172.748,74	0,00	172.748,74	172.748,74	0,00	0,00		
3190960000 - RESSARCIMENTO DE DESP. PESSOAL REQUISITADO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3191000000 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	620,000,00	582.422,97	575.364,17	575.364,17	7.058,80	575.364,17	575.364,17	0,00	575.364,17	575.364,17	0,00	0,00		
3191130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	620,000,00	582.422,97	575.364,17	575.364,17	7.058,80	575.364,17	575.364,17	0,00	575.364,17	575.364,17	0,00	0,00		
3300000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.448.472,98	4.406.294,94	4.406.294,94	4.406.294,94	171.178,49	4.401.199,87	4.401.199,87	5.094,62	4.362.671,09	4.362.671,09	38.528,78	43.623,40		
3390000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	4.448.000,00	4.577.472,98	4.406.294,94	4.406.294,94	171.178,49	4.401.199,87	4.401.199,87	5.094,62	4.362.671,09	4.362.671,09	38.528,78	43.623,40		
3390030000 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390140000 - DIARIAS - PESSOA CIVIL	180,000,00	267.141,37	261.170,00	261.170,00	5.971,37	261.170,00	261.170,00	0,00	261.170,00	261.170,00	0,00	0,00		
3390320000 - MATERIAL DE CONSUMO	173.500,00	112.102,42	81.373,58	81.373,58	30.728,84	81.373,58	81.373,58	0,00	79.932,35	79.932,35	1.441,23	1.441,23		
3390320000 - MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20,000,00	20.363,40	13.652,60	13.652,60	6.710,60	13.652,60	13.652,60	0,00	13.652,60	13.652,60	0,00	0,00		
3390330000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100.500,00	146.385,50	142.506,23	142.506,23	3.879,27	142.506,23	142.506,23	0,00	142.506,23	142.506,23	0,00	0,00		
3390360000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390370000 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	350,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	600,000,00	558.042,26	469.947,25	469.947,25	88.095,01	464.582,63	464.582,63	5.094,62	436.992,40	436.992,40	27.860,23	32.954,85		
3390400000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURIDICA	325,000,00	432.796,57	404.992,60	404.992,60	27.743,97	404.992,60	404.992,60	0,00	395.765,28	395.765,28	9.227,32	9.227,32		
Total da Unidade Orçamentária:	18.000.000,00	16.970.986,98	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	43.623,40		
Total do Órgão:	18.000.000,00	16.970.986,98	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	43.623,40		
Total Geral:	18.000.000,00	8.485.493,49	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	43.623,40		

Gerado por: mauro.souza
Página 1 de 5
12/02/2025
Menu: Contabilidade > Relatórios Customizados > Tela de Exibição de Relatório

MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇETE DA DESPESA POR ELEMENTO PERÍODO: 2025 - JANEIRO														
Descrição	Autorização		Empenhado		Saldo de Dotação	Liquidação		Empenhado a Liquidar	Pago		Liquidado a Pagar	Empenhado a Pagar		
	Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		No Período	Até o Período				
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
30000000000 - DESPESAS CORRENTES	24.510.000,00	24.510.000,00	17.162.996,02	17.162.996,02	7.347.003,98	14.257.973,00	14.257.973,00	15.737.023,02	1.372.113,87	1.372.113,87	53.859,13	15.790.882,15		
3100000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.010.999,00	15.010.999,00	13.195.485,67	13.195.485,67	1.815.513,93	1.206.272,05	1.206.272,05	11.897.213,62	1.158.812,92	1.158.812,92	49.459,13	12.036.672,75		
3190000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	14.400.999,00	14.400.999,00	12.586.122,84	12.586.122,84	1.814.876,16	1.162.427,24	1.162.427,24	11.435.695,60	1.112.968,11	1.112.968,11	49.459,13	11.473.154,73		
3190110000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.290.000,00	12.290.000,00	11.277.989,49	11.277.989,49	1.012.010,51	778.669,28	778.669,28	10.499.320,21	778.669,28	778.669,28	0,00	10.499.320,21		
3190130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500.000,00	1.500.000,00	873.133,35	873.133,35	626.866,65	50.297,62	50.297,62	822.835,73	838,49	838,49	49.459,13	872.394,86		
3190910000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3190920000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3190930000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3190940000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	600.000,00	600.000,00	435.000,00	435.000,00	165.000,00	333.460,34	333.460,34	101.539,66	333.460,34	333.460,34	0,00	101.539,66		
3190960000 - CONTRIBUIÇÕES DIRETAS	999,000,00	999,000,00	3.967.510,35	3.967.510,35	5.531.489,65	217.700,95	217.700,95	3.479.809,65	213.300,95	213.300,95	4.400,00	3.754.209,40		
3191000000 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	610.000,00	610.000,00	609.362,83	609.362,83	637,17	45.844,81	45.844,81	563.518,02	45.844,81	45.844,81	0,00	563.518,02		
3191130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	610.000,00	610.000,00	609.362,83	609.362,83	637,17	45.844,81	45.844,81	563.518,02	45.844,81	45.844,81	0,00	563.518,02		
3191130000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.499.001,00	9.499.001,00	3.967.510,35	3.967.510,35	5.531.489,65	217.700,95	217.700,95	3.479.809,65	213.300,95	213.300,95	4.400,00	3.754.209,40		
3350000000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390400000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390400000 - APLICAÇÕES DIRETAS	9.499.000,00	9.499.000,00	3.967.510,35	3.967.510,35	5.531.489,65	217.700,95	217.700,95	3.479.809,65	213.300,95	213.300,95	4.400,00	3.754.209,40		
3390800000 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390910000 - DIARIAS - PESSOA CIVIL	600.000,00	600.000,00	6.600,00	6.600,00	593.400,00	6.600,00	6.600,00	0,00	2.200,00	2.200,00	4.400,00	4.400,00		
3390930000 - MATERIAL DE CONSUMO	656.000,00	646.000,00	189.460,58	189.460,58										

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Também não se verificou evidências de execução de despesas empenhada na rubrica “despesas de exercícios anteriores (elemento 92)” no balancete da despesa orçamentária de janeiro de 2025.

Item 1.2.5) Parcelamento de débitos previdenciários

No que se refere aos parcelamentos de débitos previdenciários, a análise técnico contábil limitou-se a avaliar se existem dívidas previdenciárias registradas no passivo não circulante da unidade gestora, e se essas dívidas estão sendo pagas, tendo por base o estoque da dívida evidenciado no Balanço Patrimonial do exercício anterior (Anexo III), a movimentação no exercício e o estoque da dívida no encerramento do exercício de referência da PCA.

ANEXO III)

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	5.763.232,96	5.158.650,38	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.763.232,96	5.158.650,38
ATIVO CIRCULANTE	1.101.523,16	223.629,54	PASSIVO CIRCULANTE	1.285.690,81	1.110.586,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	998.414,64	153.717,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.243.826,01	1.044.373,00
Créditos a Curto Prazo	12.382,50	11.792,86	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	38.528,78	64.877,59
Estoques	90.026,50	57.494,64	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	Obrigações de Reparações a Outros Entes	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	699,52	625,04	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.661.709,80	4.935.020,84	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.336,02	1.335,44
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Imobilizado	4.661.709,80	4.935.020,84	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
			Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
			Resultado Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO			TOTAL DO PASSIVO	1.285.690,81	1.110.586,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.477.542,15	4.048.064,35			
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00			
Adatamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00			
Reservas de Capital	0,00	0,00			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00			
Reservas de Lucros	0,00	0,00			
Demais Reservas	0,00	0,00			
Resultados Acumulados	4.477.542,15	4.048.064,35			
Resultado do exercício	454.845,96	(359.950,00)			
Resultados acumulados de exercícios anteriores	4.022.696,19	4.438.014,35			
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00			
TOTAL	5.763.232,96	5.158.650,38	TOTAL	5.763.232,96	5.158.650,38

ANEXO IV)

	MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 ANEXO XVI - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA PERÍODO: 2024 - ANUAL				
Código	Descrição	Saldo Anterior	Movimentação		Saldo Atual
			Inscrição	Baixa	
	Total da Dívida:				
	Total Geral:				
Local/Data/Assinatura					MUNICÍPIO DE ANCHIETA, 12 de fevereiro de 2025

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Com base nos valores demonstrados no balanço patrimonial do exercício de 2024, ANEXO III, e no demonstrativo da dívida fundada, ANEXO IV: conclui-se que não há dívida decorrente de parcelamentos previdenciários

Item 1.3.1) Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – Registro contábil compatibilidade com inventário.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

O ativo não circulante compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações. Integram o ativo não circulante: o ativo

realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques, de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e dos inventários de bens realizados em 31/12/2024:

Anexo V TERALM – Termo de Inventário Anual de Bens de Almoxarifado;

Anexo VI TERMOV – Termo de Inventário Anual de Bens Móveis;

Anexo VII TERIMO – Termo de Inventário Anual de Bens Imóveis e

Anexo VIII TERINT – Termo de Inventário Anual de Bens Intangíveis.

Tabela 1) Estoques, Imobilizado e intangível

Descrição	Balanço Patrimonial (b)	Inventário (b)	Diferença (a - b)
<i>Estoques</i>	90.026,50	90.026,50	0,00
<i>Bens Móveis</i>	1.335.099,05	1.335.099,05	0,00
<i>Bens Imóveis</i>	4.081.736,07	4.081.736,07	0,00
<i>Intangíveis</i>	0,00	0,00	0,00

Fonte: Prestação de Contas Anual – 2024

Conforme tabela 1, verifica-se que o valor inventariado do bem foi devidamente evidenciado em sua respectiva conta contábil do Balanço Patrimonial, tal situação pressupõe que não há falhas na contabilização, nas conciliações e/ou inventário ou não elaboração do inventário físico, na medida em que não há divergências entre os Termos de Inventários de Bens e os valores registrados na contabilidade.

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Não foram encontradas inconformidades na elaboração dos relatórios e não foram identificadas divergências no confronto dos relatórios de controles físicos com os contábeis.

Item 1.3.2) Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e Controle

O Objetivo desse ponto de controle é avaliar se os *registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente (s) responsável (is) por sua guarda e administração.*

Esclarecimentos iniciais

Em atendimento ao art. 94 da Lei 4.320/64, registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, devem ser realizados com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e ter a indicação dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Os registros em questão, referem-se a um controle a parte que, no caso do Poder Legislativo do Município de Anchieta, devem ser realizados no Sistema E&L produção de Softwares. Na E&L, controla-se os valores por grupo formados por esses bens. Os setores responsáveis pela sua guarda, se encarregam do controle por itens.

a) Bens de Almoxarifado:

A fim de verificar se o INVALMO possui minimamente colunas com os seguintes elementos: descrição do bem; quantidade; valor unitário; e valor total, o arquivo Invam.xml foi convertido em tabela do excel abaixo parcialmente reproduzida.

IdNumRegistro	DescriçãoBemAlmoxarifado	UnidadeMedida	QuantidadeBemAlmoxarifado	CustoUnitarioBemAlmoxarifado	CustoTotalAlmoxarifadoFinalExercicio
1	ACENDADOR DE FOGÃO	UN	1	16,8	16,8
2	ADAPTADOR FÉMEA MANGUEIRA	UN	6	4,5	27
3	AQUA SANITÁRIA 2L	UN	37	4,95	183,15
4	Álcool em gel, 70% - 500g	UN	12	6,5825	78,99
5	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% 1L.	L	98	6,05	592,9
6	AVENTAL SINTÉTICO	UN	22	16,48	362,56
7	Balde Plástico 12L	UN	9	10,85	97,65
8	bandeiras	UN	12	140	1680
9	BANDEJA	UN	1	25,94	25,94
10	BOTAS IMPERMEAVEIS	UN	5	55,56	277,8
11	Cesto para Lixo	UN	37	2,5532	94,47
12	COADOR PARA CAFÉ TAM. G.	UN	14	14,4721	202,61
13	COLHER DE MESA	UN	17	3,31	56,27
14	CONE DE SINALIZAÇÃO	UN	2	39	78
15	COPO DE VIDRO	UN	24	11,99	287,76
16	Copo descartável 200 ml para água	CX	28	125,06	3501,68
17	Copo descartável 50 ml para café	CX	3	112,3333	337
18	CORRENTE DE PLÁSTICO	MT	15	8,5	127,5
19	Desentupidor	UN	0,45	8,8222	3,97
20	DESINFETANTE 2 L	UN	58	4,75	275,5
21	Desodorizador de Ar	UN	4	11,65	46,6
22	Detergente líquido - 500ml	UN	38	2,3468	89,18
23	Dispenser para copo 200ml.	UN	4	50	200
24	ENGATE PARA MANGUEIRA	UN	5	4,5	22,5
25	ESCOVA PARA LIMPEZA	UN	10	2,7	27
26	Escova para limpeza de vaso sanitário..	UN	9	6,95	62,55
27	ESGUICHO PARA MANGUEIRA	UN	3	7	21
28	ESPONJA DE AÇO.	PCT	19	2,98	56,62
29	Esponja dupla face.	UN	19	0,7	13,3
30	FACA DE MESA	UN	17	3,62	61,54
31	FLANELA AMARELA.	UN	62	2,2	136,4
32	GARFO DE MESA	UN	17	3,15	53,55
33	GARRAFA TÉRMICA INOX	UN	2	93,63	187,26
34	GUARDANAPO DE PAPEL 23x20 50 unidade	PCT	66	2,0982	138,48

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Não foram encontradas inconformidades na amostra selecionada do arquivo invalmo referente ao exercício de 2024.

b) Bens Móveis:

O INVMOV possui minimamente colunas com os seguintes elementos: número de patrimônio; descrição do bem; data de aquisição ou incorporação; localização; valor histórico e valor atualizado

<input checked="" type="checkbox"/> IdNumRegistro	<input checked="" type="checkbox"/> DescriçãoBemMovele	<input checked="" type="checkbox"/> Data Aquisição	<input checked="" type="checkbox"/> Vr Histórico	<input checked="" type="checkbox"/> Número Patrimônio	<input checked="" type="checkbox"/> LocalizaçãoBemMovele	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Atualizado
41	TELEFONE IP ALCATEL touch 4018	03/04/2023	534,76	2336 Secretaria de Administração		534,76
43	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4023 GABINETE VEREADOR 02		664,16
49	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4167 Almoxarifado		664,16
50	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4183 Sala II da Tecnologia da Informação		664,16
51	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4190 GABINETE VEREADOR 11		664,16
52	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	535,02	4226 GABINETE VEREADOR 03		535,02
53	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	535,02	4245 Bens a Localizar		535,02
54	TELEFONE IP 4018 ALCATEL LUCENT	01/07/2022	535,02	4273 Bens a Localizar		535,02
55	TELEFONE IP 4018 ALCATEL LUCENT	01/07/2022	664,16	4326 Bens a Localizar		664,16
56	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4346 GABINETE VEREADOR 10		664,16
57	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4359 Sala II da Tecnologia da Informação		664,16
62	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4502 Recepção		534,76
63	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4503 Contabilidade		534,76
64	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4504 Secretaria da Câmara		534,76
65	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4505 Secretaria da Câmara		534,76
66	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4506 Secretaria da Câmara		534,76
67	TELEFONE IP ALCATEL LUCENT	01/07/2022	534,76	4518 Sala II da Tecnologia da Informação		534,76
68	TELEFONE IP ALCATEL LUCENT	01/07/2022	534,76	4519 Sala I da Tecnologia da Informação		534,76
69	TELEFONE IP ALCATEL LUCENT	01/07/2022	534,76	4520 Recursos Humanos		534,76
70	TELEFONE IP ALCATEL LUCENT	01/07/2022	534,76	4521 Controladoria		534,76
71	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	534,76	4522 Controladoria		534,76
73	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	535,02	4704 GABINETE VEREADOR 05		535,02
74	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4038	01/07/2022	664,16	4755 Bens a Localizar		664,16
75	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4028	01/07/2022	664,16	4757 Bens a Localizar		664,16
77	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4774 GABINETE VEREADOR 06		664,16
78	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4780 GABINETE VEREADOR 08		664,16
79	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4028	01/07/2022	664,16	4796 Procuradoria Geral		664,16
80	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4819 Bens a Localizar		664,16
83	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4903 Sala II da Tecnologia da Informação		664,16
84	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4925 Sala I da Tecnologia da Informação		664,16
85	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4038	01/07/2022	664,16	4926 Sala I da Tecnologia da Informação		664,16
87	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4028	01/07/2022	535,02	4944 Sala I da Tecnologia da Informação		535,02
88	TELEFONE IP ALCATEL TOUCH 4018	01/07/2022	664,16	4994 Bens a Localizar		664,16
89	TELEFONE IP ALCATEL LUCENT	01/07/2022	534,76	5008 Sala de Som do Plenário		534,76

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: A amostra selecionada apresenta as informações requeridas.

c) Bens Imóveis:

O INVIMOV possui minimamente colunas com os seguintes elementos: número de identificação; caracterização do imóvel; data de aquisição ou incorporação; localização; valor histórico; e valor atualizado.

<input checked="" type="checkbox"/> IdNumRegistro	<input checked="" type="checkbox"/> DescriçãoBemImovel	<input checked="" type="checkbox"/> Data da Aquisição	<input checked="" type="checkbox"/> Vr Historico	<input checked="" type="checkbox"/> Número de Identificação	<input checked="" type="checkbox"/> Localização	<input checked="" type="checkbox"/> Vr. Atualizado
3	PÉDIO DE USO PÚBLICO COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 1.526,35 M ²	02/04/2023	3.199.429,82	2331 Gabinete do Presidente		3.199.429,82
5	LOTES DE TERRENO EM CONTRUÇÃO SENDO DE NºS 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, DO LOE	01/07/2022	882.306,25	4305 Gabinete do Presidente		882.306,25

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Os Bens Imóveis apresentam as informações requeridas.

Bens Intangíveis:

Assim como no balanço patrimonial 2024, assim como no INVINT (Inventário de Intangíveis) não foram apresentados registros em ambos os relatórios.

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e existe indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente (s) responsável (is) por sua guarda e administração conforme termo de responsabilidade assinado emitido pelo sistema informatizado de patrimônio.

Item 1.3.4 Disponibilidade – depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais.

O Balanço Patrimonial de 2024, anexo III, abaixo, evidenciou na conta contábil Caixa e Equivalente de Caixa saldo de R\$ 998.414,64, o extrato de aplicação financeira de dezembro de 2024, Anexo V, apresentou saldo de R\$ 1.083.051,93, a diferença refere-se a valores em trânsito que foram compensados no extrato bancário de janeiro de 2025, Anexo VI, com o lançamento de R\$ 84.637,29 a débito.

ANEXO III)

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	5.763.232,96	5.158.650,38	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.763.232,96	5.158.650,38
ATIVO CIRCULANTE	1.101.523,16	223.629,54	PASSIVO CIRCULANTE	1.285.690,81	1.110.586,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	998.414,64	153.717,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.243.826,01	1.044.373,00
Créditos a Curto Prazo	12.382,50	11.792,86	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	38.528,78	64.877,59
Estoques	90.026,50	57.494,64	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	699,52	625,04	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.661.709,80	4.935.020,84	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.336,02	1.335,44
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Imobilizado	4.661.709,80	4.935.020,84	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
			Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
			Resultado Diferido	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	1.285.690,81	1.110.586,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.477.542,15	4.048.064,35			
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00			
Adatamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00			
Reservas de Capital	0,00	0,00			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00			
Reservas de Lucros	0,00	0,00			
Demais Reservas	0,00	0,00			
Resultados Acumulados	4.477.542,15	4.048.064,35			
Resultado do exercício	454.845,96	(359.550,00)			
Resultados acumulados de exercícios anteriores	4.022.696,19	4.438.014,35			
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00			
TOTAL	5.763.232,96	5.158.650,38	TOTAL	5.763.232,96	5.158.650,38

ANEXO V)

EXTRATO DE APLICACOES FINANCEIRAS

PERIODO: 02/12/2024 A 31/12/2024

FUNDO: BANESTES INVEST PUBLIC AUT FI RENDA FIXA

CNPJ: 36.347.706/0001-71

CLASSE: UNICA

ADMINISTRADOR E GESTOR:

BANESTES DTVM-DISTRIB.DE TIT.E VAL.MOBILIARIOS S/A CNPJ : 28.156.057/0001-01

Endereco: AV.PRINCESA ISABEL,574 , ED.PALAS CENTER,BL.A,9 ANDAR ,
CEP : 29010-360 , VITORIA - ES

CLIENTE: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AGENCIA: 156 CONTA : 3.158.409

Valor Cota em 31/12/2024 - 10,5799374750

Valor Cota em 29/11/2024 - 10,5078611043

Rentabilidade Bruta: 0,685 (% a.m.) 7,795 (% a.a.) 7,795 (% 12 meses)

HISTORICO	SEQ.	DATA	QUANTIDADE COTAS	VALOR
Saldo Mes Anterior Bruto			230.426,0198339511	2.421.284,61
Rendimento Bruto				10.242,35
IOF Recolhido				0,00
IR Recolhido				0,00
Rendimento Tributado				0,00
IOF Previsto				0,00
IR Previsto				0,00
Total aplicado				627.116,81
Total Resgate Bruto				1.975.591,84
Saldo Mes Atual Bruto			102.368,4625332622	1.083.051,93
Bloqueio Judicial				0,00
Bloqueio Garantia Op.Fin				0,00
Saldo Mes Atual Liquido				1.083.051,93

Anexo VI)

Extrato de Conta Corrente



Agência: 156 - ANCHIETA
Cliente: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Conta: 315840-9
Período: 01/01/2025 à 31/01/2025

Data	Lançamento	Valor (R\$)
	Saldo Anterior	0,00
13 JAN/25	↑ Fundo Invest Public Resgate Autom	84.140,97
	↓ TED Enviada 37243472 LUCIANE FELIX DE OLIVEIRA 28.471.388/0001-28 260 AG 1 86105260-9	- 2.940,00
	↓ Pagamento DARF 37242773	- 79.900,97
	↓ Pagamento Tributo Municipal 37242776	- 300,00
	↓ Pagamento Tributo Municipal 37242781	- 1.000,00
	Saldo	0,00
14 JAN/25	↑ Fundo Invest Public Resgate Autom	496,32
	↓ Transferência Realizada ANGELICA DE ALMEIDA VASCO 152.337.567-14 21 AG 156 C/ 3893385-9	- 496,32
	Saldo	0,00

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Não foram encontradas inconformidades na elaboração dos relatórios e não foram identificadas divergências no confronto dos relatórios contábeis com os extratos bancários, sendo o valor em trânsito regularizado nos dias 13/01/2025 e 14/01/2025 conforme extrato de janeiro/2025(Anexo VI).

Item 1.4.7) Despesa com Pessoal – limite

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, disciplinou, em seus artigos 18 a 23, sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federação. Apurou-se a RCL do município, no exercício de 2024, que, conforme Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Anexo VII, totalizou R\$ 406.245.548,23.

Constatou-se que as despesas com pessoal, Anexo VIII, executadas pelo Poder Legislativo totalizou R\$ 11.312.270,89 atingindo 2,78% da receita corrente líquida, conforme demonstrado na tabela sintetizada a seguir:

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	38.887.901,82	37.843.183,65	36.619.217,41	39.493.116,69	40.453.066,33	37.488.804,79	40.443.397,54	40.234.721,95	44.073.833,43	37.818.174,72	38.037.241,29	40.381.584,87	47.700.245,60	450.894.388,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.832.543,69	4.759.100,00	5.323.631,09	5.941.554,95	5.183.193,16	5.071.801,39	5.071.801,39	5.071.801,39	5.760.745,02	5.677.206,44	5.139.782,22	5.620.745,02	5.677.206,44	5.232.851,30
IPTU	4.275.053,66	226.331,00	296.619,63	269.579,86	377.225,16	305.657,85	484.709,10	420.374,00	6.322.502,38	399.339,07	308.720,64	391.512,67	10.523.598,64	8.104.350,00
ISS	3.359.870,20	2.977.435,73	3.261.701,73	3.551.301,90	3.402.251,69	3.803.480,73	3.615.972,56	3.389.323,53	3.250.309,64	3.146.433,61	3.197.879,18	3.548.239,01	40.532.380,45	38.780.919,93
IRBII	1.085.000,00	486.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.925.000,00	2.800.231,37
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	226.012,00	822.211,00	1.089.977,40	1.231.271,65	1.044.081,87	1.251.193,16	1.251.193,16	1.251.193,16	1.238.886,77	1.282.429,72	1.350.235,00	1.443.622,00	1.855.102,57	14.465.227,33
Contribuições	215.533,19	224.843,05	277.446,62	267.120,87	171.315,53	281.953,15	485.596,20	332.066,26	533.619,74	137.054,33	522.277,68	516.456,30	3.987.042,50	12.062.146,17
Contribuição Pessoal	1.195.136,03	1.342.206,00	1.355.176,29	1.364.987,58	1.351.799,00	1.380.956,19	1.376.922,25	1.338.343,37	1.327.592,35	1.379.660,25	1.447.511,34	1.566.214,15	16.333.775,07	14.458.400,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	473.352,72	470.435,47	486.692,82	543.997,29	526.510,20	502.799,29	558.312,12	511.333,85	448.966,03	547.724,62	404.095,56	546.264,34	6.026.764,59	4.324.749,90
Outras Receitas Patrimoniais	461.205,14	455.331,44	479.316,16	532.419,67	517.274,40	506.617,54	548.374,80	504.550,95	440.776,85	540.231,76	394.975,73	518.119,28	5.912.211,47	4.204.740,00
Outras Receitas Patrimoniais	12.149,13	14.664,63	7.756,66	11.577,62	9.253,56	8.189,75	9.437,52	6.802,90	8.189,35	7.492,70	9.120,19	18.407,17	114.553,12	120.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Receita de Impostos Especiais														
Custo-Preço do FPM	31.712.182,00	30.441.021,77	20.154.320,06	31.035.235,40	33.305.571,18	30.121.387,84	32.221.551,40	32.752.060,20	30.143.501,03	20.023.733,00	30.079.220,16	34.556.900,87	375.790.210,43	347.931.654,43
Custo-Preço do ICMS	3.170.924,69	4.215.429,22	2.496.433,43	2.383.211,72	2.328.387,76	3.523.275,76	3.818.924,20	2.983.230,00	3.111.824,20	2.090.992,41	3.331.949,17	5.374.738,89	41.039.390,00	38.128.840,00
Custo-Preço do IPVA	1.893.388,37	15.857.797,70	16.021.500,49	17.844.137,95	17.944.455,83	19.297.102,48	19.082.194,02	18.992.079,79	18.218.547,28	17.811.674,47	19.055.585,00	18.573.800,00	20.690.443,10	21.988.769,79
Custo-Preço do IPI	210.658,29	195.099,21	144.200,00	439.803,60	334.152,02	323.524,91	307.435,25	322.419,34	269.643,34	468.834,37	209.018,16	4.480.458,29	3.800.000,00	4.480.458,29
Transferências para o IC 61/0999														
Transferências do FUNDEB	171.706,61	178.556,26	208.066,29	181.440,22	155.559,55	239.969,40	211.122,37	287.038,87	113.333,76	226.260,63	122.240,02	220.834,32	1.500.000,00	1.500.000,00
Outras Transferências Correntes	3.718.571,59	3.377.991,02	3.637.279,05	3.873.319,19	3.875.481,10	3.236.961,81	3.865.985,87	3.671.545,51	3.025.942,65	3.736.547,26	5.573.474,70	6.058.776,33	6.943.768,33	6.943.768,33
Outras Receitas Correntes	50.931.207,06	6.214.811,02	6.373.797,05	6.071.213,81	6.384.173,81	4.914.696,65	3.917.205,38	3.104.341,43	3.167.500,64	4.066.775,68	4.366.013,33	45.616.013,33	45.515.827,35	45.365.363,14
Contrapartida para o Plano de Previdência	5.270.433,70	4.891.000,00	4.049.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	2.501.780,00	1.303.100,00	1.303.100,00
Compensação do Servidor para o Plano de Previdência	76.071,91	64.461,10	54.871,67	54.861,01	598.755,18	521.964,54	591.571,67	546.354,10	987.856,07	986.035,59	1.145.813,40	10.954.585,87	5.875.400,00	
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	78.055,06	3.047,67	15.189,01	3.298,06	22.725,59	3.500,23	3.500,23	3.500,23	3.500,23	3.500,23	3.500,23	313.616,14	435.453,12	1.100,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	13.143,98	2.032,04	622,77										65.063,67	300,00
Dédução de Receita para o FUNDEB	4.317.182,16	4.109.915,44	3.835.029,38	4.664.673,31	4.166.673,95	4.676.615,65	4.561.515,37	4.511.336,55	4.260.556,71	4.430.765,55	4.539.332,39	4.605.136,49	33.082.770,01	47.414.975,33
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (I - II)	33.217.448,04	32.407.690,00	31.930.884,78	33.960.343,15	35.165.917,00	33.884.061,97	34.965.616,16	32.823.313,50	38.945.142,09	32.046.286,70	32.499.880,25	37.084.216,70	408.718.770,23	394.546.697,34
(*) Transfere a União ou Estados e/ou Municípios relativas a emendas individuais (art. 16-A, § 1º, da CF) (IV)													200.000,00	400.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AFUSTADA PARA O DÉBITO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	33.217.448,04	32.407.690,00	31.930.884,78	33.960.343,15	35.165.917,00	33.884.061,97	34.965.616,16	32.823.313,50	38.945.142,09	32.046.286,70	32.499.880,25	37.084.216,70	408.718.770,23	394.546.697,34
(*) Transferências obrigatórias da União relativamente as emendas individuais (art. 16-A, § 1º, da CF) (V)													200.000,00	400.000,00
Outras Despesas Constitucionais ou Legis (VI)														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AFUSTADA PARA A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (VI - V)	33.004.454,04	32.219.764,00	31.741.870,78	33.772.449,15	34.977.983,00	31.696.128,97	34.551.721,16	34.834.379,50	38.757.208,39	31.858.332,70	32.311.946,15	36.718.348,71	406.245.549,23	392.393.584,34
(*) Transferências de União relativamente as emendas individuais (art. 16-A, § 1º, da CF) (VII)													200.000,00	400.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AFUSTADA PARA A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (VI - V)	33.004.454,04	32.219.764,00	31.741.870,78	33.772.449,15	34.977.983,00	31.696.128,97	34.551.721,16	34.834.379,50	38.757.208,39	31.858.332,70	32.311.946,15	36.718.348,71	406.245.549,23	392.393.584,34

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 25/02/2025 09:42:45

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ULTIMOS 12 MESES)												INSCRIÇÕES NA SÉRIE RESTOS A PAGAR NO PROCESSADO (b)		
	LIQUIDADAS														
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Total (Últimos 12 Meses) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)															
Pessoal Ativo	79.363,88	885.138,81	888.437,11	922.460,15	947.899,26	884.493,86	911.613,72	899.993,85	907.118,03	886.207,65	909.296,33	1.698.311,03	11.496.513,81	(b)	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	79.363,88	885.138,81	888.437,11	922.460,15	947.899,26	884.493,86	911.613,72	899.993,85	907.118,03	886.207,65	909.296,33	1.698.311,03	11.496.513,81	(b)	
Obrigações Pessoais	650.129,10	759.158,07	728.589,41	764.019,57	801.270,93	797.749,85	824.026,97	801.490,83	818.852,73	798.561,45	821.107,63	856.307,63	999.256,33	1.696.212,03	11.495.311,03
Pré-sal, Incentivos e Pensões	117.034,83	125.980,74	128.547,70	135.381,96	141.848,34	86.853,98	87.586,75	87.413,00	88.265,51	87.346,22	88.096,63	101.790,45	109.190,45	1.167.761,45	10.139.201,45
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Penénsulas															
Outras despesas decorrentes de contratos ou contratos de forma indireta															
(I) + (II) + (III) = (IV)															
Despesas com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º da art. 19 da LRF)	11.996,51	56.292,41	4.531,58	7.194,83	22.158,40	7.133,22	24.275,20	9.514,58	14.034,70	4.984,88	11.693,08	828,85	174.340,16		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Demissão Indireta	11.996,51	56.292,41	3.361,01	7.204,83	22.158,40	7.133,22	24.275,20	9.514,58	14.034,70	4.984,88	11.693,08		174.340,16		
Decretos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Apoios e Benefícios e Pensões com Recursos Vinculados															
Agencias vinculadas (CF, art. 198, §1º)															
Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1º)															
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parceria (ADCT, art. 38, §2º)															
Convenções Coletivas de Trabalho ou Legis.															
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	785.767,43	818.846,40	853.909,53	915.396,48	924.940,86	877.475,64	887.338,52	881.389,35	893.063,33	881.322,79	897.513,23	1.685.391,17	11.312.770,88		
AFRAZO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECETA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)													409.113.770,23		
(a) Transferências obrigatórias da União referentes às despesas individuais (art. 166-A, § 1º da CF)													400.000,00		
(b) Transferências obrigatórias da União referentes às despesas individuais (art. 166, § 1º da CF)															
(c) Transferências obrigatórias da União referentes à remunicação dos agentes comunitários de saúde e combate às endemias (CF, art. 198, §1º)													2.468.222,00		
RECETA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													406.245.548,23		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III) + (III)b													11.312.770,88	2,78	
LIMITE MÁXIMO (VII) (inciso II e III, art. 20 da LRF)													24.374.732,00	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x DTP) (quatro quintas parte do art. 22 da LRF)													23.155.996,25	5,76	
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x DTP) (cinco quartos parte do art. 22 da LRF)													21.887.259,60	5,49	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas. Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA. Emissão: 25/02/2025 10:46:31

Despesa com Pessoal - Poder Legislativo

Valor

Descrição

Receita Corrente Liquida- RCL

406.245.548.23

Despesas Totais Com Pessoal

11.312.270,89

% das Despesas totais com pessoal em relação a RCL

2,78%

% Limite Total de despesa com pessoal em relação a RCL - LRF

6,00%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: O Percentual das Despesas totais com pessoal comparadas a Receita Corrente Líquida totalizou 2,78%, portanto, abaixo do limite de 6% estabelecido na Legislação.

Item 1.4.8 Despesas com Pessoal – Descumprimento de limites

Para controle da despesa total com pessoal, o art. 21 da LRF considera “nulo de pleno direito” a realização dos seguintes atos:

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

[...]

Em consulta ao arquivo “PESS”, integrante da prestação de contas anual do exercício de 2024, constatou-se que o Presidente da Câmara Municipal declarou que não praticou ato que provoque aumento da despesa com pessoal, desatendendo: às exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo. Desta forma, com base na declaração emitida, considerou-se que o Chefe do Poder Legislativo no exercício analisado não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, da LRF.

Importante pontuar que durante o exercício de 2024 foi aprovada a Lei Municipal nº 1.646, de 05 de janeiro de 2024 que dispôs sobre a nova estrutura administrativa da Câmara Municipal de Anchieta. O projeto de Lei 98/2023 contemplou a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, contendo a metodologia de cálculo e a declaração do ordenador de despesa dando ciência que o impacto financeiro tem compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual de Governo.

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções:

Item 1.4.9) Despesa com Pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato.

Durante os últimos 180 dias do mandato dos prefeitos e dos presidentes de Câmaras, os gastos com pessoal não poderão ser aumentados, sob pena de serem considerados nulos de pleno direito.

Nesse sentido, é a disposição do art. 21, da LRF, in verbis:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e nãoatenda:

(...)

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

A regra do parágrafo único do artigo 21 da LRF pretende coibir a prática de atos de favorecimento relacionados com a despesa com pessoal, mediante contratações, nomeações, atribuição de vantagens, entre outros, em final de mandato, no sentido de evitar:

- o crescimento das despesas com pessoal;

- o comprometimento dos orçamentos futuros;
- a inviabilização das novas gestões.

Registre-se, no entanto, que o mandamento não alcança os aumentos originários de vantagens pessoais a que os servidores públicos têm direito por força de dispositivo constitucional. É o caso dos anuênios, quinquênios, salários-família, entre outros, que deverão ser concedidos normalmente, mesmo durante o último ano de mandato.

Em consulta ao arquivo “PESS”, integrante da prestação de contas anual do exercício de 2024, constatou-se que o Chefe do Poder Legislativo apresentou declaração negando:

- A prática de ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de seu mandato;
- A prática de ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de seu mandato;
- A sanção de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público ou a edição de ato para nomeação de aprovados em concursos públicos, quando: a) resultasse em aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final de seu mandato; b) resultasse em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de seu mandato.

Desta forma, também com base na declaração emitida, considerou-se que o Chefe do Poder Legislativo no exercício analisado não expediu ato nos últimos 180 dias de mandato que resultasse em aumento da despesa com pessoal, cumprindo o art. 21, II a IV, da LRF.

Além da Declaração do Chefe do Poder Legislativo, a UCCI apurou as despesas com pessoal mês a mês a partir de junho de 2024 para confirmar se houve aumento de gastos no período auditado.

O procedimento adotado foi analisar a conta 31901101000 Vencimentos e Salários, desconsiderando as demais verbas salariais como: Férias Vencidas, 13º Salário, Férias Abono Salarial e Licença Prêmio.

O resultado da análise foi planilhado conforme tabela a seguir:

DESCRÍÇÃO	ACOMPANHAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO FINAL DE MANDATO						
	TOTAL LIQUIDADO NO MÊS DE REFERÊNCIA						
Mês	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Vencimentos e Salários	R\$ 674.570,97	R\$ 663.672,65	R\$ 672.916,71	R\$ 664.414,77	R\$ 677.993,97	R\$ 632.147,48	R\$ 665.370,29

Observa-se que a despesa com pessoal em junho de 2024 foi de R\$ 674.570,97, valor acima do registrado no período de julho a dezembro, que corresponde aos últimos 180 dias, portanto, conclui-se que não houve aumento de pessoal no período analisado.

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Não foram encontradas inconformidades na despesa com pessoal nos últimos 180 dias do final de mandado. A diferença a maior no mês de outubro é considerada aceitável, para fins de análise das contas.

Item 1.4.10) Despesa com Pessoal – Limite prudencial – vedações

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, disciplinou, em seus artigos 22 § único, sobre as medidas restritivas adotadas em caso de a despesa com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido pelos Poderes e Entes da Federação.

Despesa com Pessoal - Poder Legislativo	Valor
Descrição	
Receita Corrente Líquida- RCL	406.245.548,23
Despesas Totais Com Pessoal	11.312.270,89
% das Despesas totais com pessoal em relação a RCL	2,78%
% Limite Total de despesa com pessoal em relação a RCL - LRF	6,00%
Limite Prudencial de 95%	5,7%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: A Despesa total com pessoal corresponde a 2,78% da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial de 5,7%.

Item 1.4.11) Despesas com Pessoal – extrapolação do limite – providência – medidas de contenção.

Esse item verifica se a Despesa total com Pessoal ultrapassou o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e avalia as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF e 169, §§3º e 4º da CF/88.

Despesa com Pessoal - Poder Legislativo	Valor
Descrição	
Receita Corrente Líquida- RCL	406.245.548,23
Despesas Totais Com Pessoal	11.312.270,89
% das Despesas totais com pessoal em relação a RCL	2,78%
% Limite Total de despesa com pessoal em relação a RCL - LRF	6,00%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Depreende-se do quadro acima que a Despesa total com Pessoal está dentro do limite estabelecido no artigo 20 da LRF. Portanto, não há necessidade de medidas para retornar ao limite permitido.

Item 1.4.13) Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento

O artigo 29-A § 1º da Constituição da República estabeleceu que o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não poderá ultrapassar setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

Constata-se a partir do Balancete da Despesa Orçamentária, abaixo, que o valor total do gasto com folha de pagamento(319011+319091+319092+319094) corresponde a 10.139.201,40 no exercício de 2024.

MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇE DA DESPESA POR ELEMENTO PERÍODO: 2024 - ANUAL														
Descrição	Autorização		Empenhado		Saldo de Dotação	Liquidação		Empenhado a Liquidar	Pago		Liquidado a Pagar	Empenhado a Pagar		
	Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período		No Período	Até o Período				
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
3000000000 - DESPESAS CORRENTES	17.651.000,00	16.087.862,78	15.892.805,54	15.892.805,54	195.057,24	15.887.710,92	15.887.710,92	5.094,62	15.849.182,14	15.849.182,14	38.528,78	43.623,40		
3100000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.203.000,00	11.510.339,80	11.498.511,05	11.498.511,05	23.878,75	11.486.511,05	11.486.511,05	0,00	11.486.511,05	11.486.511,05	0,00	0,00		
3190000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	12.533.000,00	10.927.966,83	10.911.146,83	10.911.146,83	16.819,58	10.911.146,83	10.911.146,83	0,00	10.911.146,83	10.911.146,83	0,00	0,00		
3190110000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.900.000,00	9.980.350,84	9.964.961,29	9.964.961,29	15.389,55	9.964.961,29	9.964.961,29	0,00	9.964.961,29	9.964.961,29	0,00	0,00		
3190130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.300.000,00	771.945,43	771.945,43	771.945,43	0,00	771.945,43	771.945,43	0,00	771.945,43	771.945,43	0,00	0,00		
3190910000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	670,57	670,57	670,57	0,00	670,57	670,57	0,00	670,57	670,57	0,00	0,00		
3190920000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	1.389,99	820,85	820,85	579,14	820,85	820,85	0,00	820,85	820,85	0,00	0,00		
3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	380,000,00	173.600,00	172.748,74	172.748,74	851,26	172.748,74	172.748,74	0,00	172.748,74	172.748,74	0,00	0,00		
3190960000 - RESSARCIMENTO DE DESP. PESSOAL REQUISITADO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3191000000 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS	620,000,00	582.422,97	575.364,17	575.364,17	7.058,80	575.364,17	575.364,17	0,00	575.364,17	575.364,17	0,00	0,00		
3191130000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OB. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	620,000,00	582.422,97	575.364,17	575.364,17	7.058,80	575.364,17	575.364,17	0,00	575.364,17	575.364,17	0,00	0,00		
3300000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.448.000,00	4.577.472,98	4.406.294,49	4.406.294,49	171.178,49	4.401.199,87	4.401.199,87	5.094,62	4.362.671,09	4.362.671,09	38.528,78	43.623,40		
3390000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	4.448.000,00	4.577.472,98	4.406.294,49	4.406.294,49	171.178,49	4.401.199,87	4.401.199,87	5.094,62	4.362.671,09	4.362.671,09	38.528,78	43.623,40		
3390100000 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390140000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	190,000,00	267.141,37	261.170,00	261.170,00	5.971,37	261.170,00	261.170,00	0,00	261.170,00	261.170,00	0,00	0,00		
3390300000 - MATERIAL DE CONSUMO	173.500,00	112.102,42	81.373,58	81.373,58	30.726,84	81.373,58	81.373,58	0,00	79.932,35	79.932,35	1.441,23	1.441,23		
3390320000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	20.363,40	13.652,80	13.652,80	6.710,60	13.652,80	13.652,80	0,00	13.652,80	13.652,80	0,00	0,00		
3390330000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100,500,00	146.385,50	142.506,23	142.506,23	3.879,27	142.506,23	142.506,23	0,00	142.506,23	142.506,23	0,00	0,00		
3390360000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390370000 - LOCADAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	350,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3390380000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEROS-PESSOA JURÍDICA	600,000,00	558.042,26	469.947,25	469.947,25	88.095,01	464.852,63	464.852,63	5.094,62	436.992,40	436.992,40	27.860,23	32.954,85		
3390400000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	325.000,00	482.756,57	404.992,60	404.992,60	27.743,97	404.992,60	404.992,60	0,00	395.765,28	395.765,28	9.227,32	9.227,32		
Total da Unidade Orçamentária:	18.000.000,00	16.970.986,98	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	796.429,58		
Total do Órgão:	18.000.000,00	16.970.986,98	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	796.429,58		
Total Geral:	18.000.000,00	8.485.493,49	16.771.748,24	16.771.748,24	199.238,74	16.013.847,44	16.013.847,44	5.094,62	15.975.318,66	15.975.318,66	38.528,78	796.429,58		

Gerado por: mauro.souza

Página 1 de 5

12/02/2025

A partir do balancete da receita extraorçamentária, abaixo, é possível verificar que o total de duodécimos recebidos foi de R\$ 16.970.986,92 no Exercício de 2024.

MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇE RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA PERÍODO: 2024 - ANUAL					
Código	Descrição	No Período	Anulado no Período	Até o Período	
451120100001	DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	16.970.986,92		16.970.986,92	
Total		16.970.986,92		16.970.986,92	

Gerado por: mauro.souza

Página 2 de 3

12/02/2025

GASTOS TOTAL COM A FOLHA DE PAGAMENTO

DESCRÍÇÃO	Valor
TRANSFERÊNCIA DE DUODÉCIMOS RECEBIDO	16.970.986,92
LIMITE MÁXIMO PERMITIDO COM FOLHA DE PAGAMENTO (70%)	11.879.690,80
GASTO TOTAL DO PODER LEGISLATIVO COM FOLHA DE PAGAMENTO	10.139.201,40
% GASTO TOTAL DO PODER COM FOLHA	59,74%
% LIMITE GASTO TOTAL DO PODER COM FOLHA DE PAGAMENTO	70,00%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Constata-se a partir do Balancete da Despesa Orçamentária e do Balancete da Receita Extra Orçamentária que o valor total do gasto com folha de pagamento corresponde a 59,74% dos duodécimos recebidos, portanto, abaixo do limite de 70% estabelecido na Legislação.

Item 1.4.19) Poder Legislativo Municipal – Despesas com pessoal – remuneração de vereadores.

O artigo 29, inciso VII da Constituição da República estabeleceu que o total da despesa com remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da Receita do Município.

Constata-se a partir do Balancete da Receita Orçamentária do Município de 2024, anexo VII, e o Balancete Analítico da Despesa Orçamentária por subelemento, anexo VIII, que o valor total do gasto com remuneração dos Vereadores corresponde a 0,26% da Receita do Município, dados traduzidos na tabela abaixo colacionada:

ANEXO VII)

	MUNICÍPIO DE ANCHIETA						
	MUNICÍPIO DE ANCHIETA						
	ESPÍRITO SANTO						
	27.142.694/0001-58						
	BALANÇETE ANALÍTICO DA RECEITA						
	PERÍODO: 2024 – ANUAL						
Descrição	Arrecadação					Para Mais	Para Menos
	Orçado	No Periodo	Anul. Período	No Periodo Liq	Até o Período		

9517295301000 - Dedução FUNDEB - 17295301000 - Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194	0,00	(20.949,21)	0,00	(20.949,21)	(20.949,21)	0,00	20.949,21
TOTAL DA RECEITA	(47.300.000,00)	(53.082.770,01)	0,00	(53.082.770,01)	(53.082.770,01)	5.307,94	5.944.099,62
TOTAL CATEGORIA ECONÔMICA	(47.300.000,00)	(53.082.770,01)	0,00	(53.082.770,01)	(53.082.770,01)	5.307,94	5.944.099,62
TOTAL LÍQUIDO	410.158.331,23	462.188.675,24	2.464.695,46	459.723.979,78	459.723.979,78	43.817.667,33	35.015.355,43

ANEXO VIII)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇETE ANALÍTICO DA DESPESA PERÍODO: 2024 - ANUAL														
Descrição	Fonte de Recurso	Ficha	Autorização		Empenhado		Saldo da Dotação		Liquidação		Pago		Saldo da Dotação Real	
			Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período	No Período	Até o Período	Empenhado à Líquida	No Período	Até o Período	Liquidado à Pagar	Empenhado Ficha a Pagar	Saldo à Empenhar
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA														
01010100011249 - Desenvolvimento do Legislativo														
3190114000 - VENCIMENTOS E SALARIOS	15000000999	1	7.800,00,00	7.844.332,91	7.742.241,65	7.742.241,65	10.094,26	7.742.241,65	7.742.241,65	0,00	7.742.241,65	0,00	0,00	10.094,26
3190114000 - FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	15000000999	2	2.400,00,00	397.200,00	397.200,00	397.200,00	0,00	397.200,00	397.200,00	0,00	397.200,00	0,00	0,00	0,00
3190114000 - 13 SALARIO	15000000999	3	820.000,00	766.938,31	761.693,06	761.693,06	5.255,28	761.693,06	761.693,06	0,00	761.693,06	0,00	0,00	5.255,28
3190114000 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	15000000999	5	280.000,00	131.228,06	131.228,06	131.228,06	0,00	131.228,06	131.228,06	0,00	131.228,06	0,00	0,00	0,00
3190114000 - LICENCA-PREMIO	15000000999	76	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901175000 - SUBSIDIOS - AGENTES POLITICOS	15000000999	6	1.360.000,00	1.199.419,72	1.199.419,72	1.199.419,72	0,00	1.199.419,72	1.199.419,72	0,00	1.199.419,72	0,00	0,00	0,00

DESPESA TOTAL COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

DESCRÍÇÃO	Valor
RECEITA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO - 2024	459.723.979,78
LIMITE MÁXIMO PERMITIDO COM REMUNERAÇÃO DOS EDIS (5%)	22.986.199,00
GASTO TOTAL DO PODER LEGISLATIVO COM FOLHA DOS VEREADORES	1.199.419,72
%GASTO TOTAL DO PODER COM FOLHA	0,26%
% LIMITE GASTO TOTAL DO PODER COM FOLHA DE PAGAMENTO	5,00%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: O percentual de gasto total do Poder Legislativo com folha dos vereadores totalizou 0,26%, portanto, abaixo do limite de 5% fixado pela Legislação.

Item 1.4.20) Pode Legislativo Municipal – despesas total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88.

O artigo 29-A da Constituição da República estabeleceu que, para municípios com população até 100 mil habitantes, o total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar 7,00% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.

Constata-se a partir do demonstrativo de Duodécimo para repasse a CMA, anexo XIX, extraído do Balancete da Receita Orçamentária do Município no Exercício de 2023, produzido pela Prefeitura Municipal de Anchieta, e do balancete da despesa Orçamentária de 2024, anexo I, que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal corresponde a 6,92% da base de cálculo, em desconformidade com a Constituição da República.

ANEXO XIX)

Cálculo do Duodécimo para o Exercício de 2024		
Receita Tributária	R\$	62.666.168,44
Fundo de Participação dos Municípios - FPM	R\$	35.191.731,31
Imposto Territorial Rural	R\$	360.065,82
Imposto Sobre Produtos Industrializados	R\$	1.538.602,18
ICMS	R\$	138.838.475,17
IPVA	R\$	3.840.871,25
CIDE	R\$	6.756,96
VALOR TOTAL DA RECEITA	R\$	242.442.671,13
7% do Valor da Receita Bruta do Município	R\$	16.970.986,98
Valor Estimado Mensal	R\$	1.414.248,91

Cálculo efetuado com base no Balanceiro Analítico da Receita Orçamentária de 2023.

ANEXO I)

Gastos Totais - Poder Legislativo

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>Receitas Tributárias e Transferência de Impostos - Exercício 2023</i>	242.442.671,13
<i>Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto inativos (7%)</i>	16.970.986,98
<i>Gasto Total do Poder Legislativo, exceto Inativos</i>	16.771.748,24
<i>%Gasto total do Poder</i>	6,92%
<i>% Limite de Gasto total do Poder</i>	7,00%

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: O percentual de gasto total do Poder Legislativo totalizou 6,92%, portanto, abaixo do limite de 7% fixado pela Legislação.

Item 1.5.2 Segregação de Funções

O objetivo deste ponto de controle é avaliar se foi observado o princípio da segregação de função nas atividades de requisição, aprovação, controle, pagamento e contabilização das operações.

Atualmente todos os processos de contratações são realizados de forma eletrônica por intermédio de sistema automatizado cuja parametrização permite que os processos sigam seus respectivos fluxos de despesa.

Os fluxos de despesa são dispostos de forma que o processo de despesa tramite nos setores competentes, evitando a concentração de atividades em um mesmo setor ou sobre um mesmo responsável.

O sistema é rígido e previamente estabelecido, sendo necessário que o setor demandante requeira ao Presidente autorização para contratação. Após autorizado, a contratação é licitada pelo núcleo de contratações. Toda contratação é fiscalizada por um fiscal de contrato previamente designado no termo de referência e após liquidação da despesa, o processo segue para a tesouraria para pagamento e contabilidade para registro do fato contábil.

Todos os procedimentos elencados no parágrafo anterior são executados em setores e responsáveis diferentes em conformidade com a Lei 1.646/2024 (lei do quadro), a tramitação eletrônica é padronizada de forma que cada setor atue de forma independente e sequencial, conforme parametrizado no sistema eletrônico.

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Após análise do fluxo das contratações, é possível concluir que cada etapa do processo de pagamento foi desempenhada por servidor distinto, não ficando evidenciado o acúmulo de funções que pudesse caracterizar a ausência de segregação.

Item 2.3.5 Cancelamento de Passivos

Primeiramente buscou-se avaliar se houve cancelamento de passivos, o que geraria um ganho de desincorporação de passivo no período em análise, nesta senda solicitou-se ao setor o balancete contábil de verificação (Anexo X).

De posse do balancete de verificação não foi possível identificar qualquer movimento na conta contábil 4.6.4.0.0.00.00 – Ganhos de Desincorporação de Passivo.

ANEXO X)

		MUNICÍPIO DE ANCHIETA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA ESPÍRITO SANTO 31.803.125/0001-83 BALANÇE CONTÁBIL PERÍODO: 2024 - ANUAL		Saldo Inicial		Movimentação		Saldo Atual	
Código	Descrição	Débito	Crédito	Débitos	Créditos	Débito	Crédito		
332312300000	P FESTIVIDADES E HOMENAGENS			12.362,62		12.362,62			
332312900000	P SEGUROS EM GERAL			1.324,52		1.324,52			
332313000000	P SLELÇÃO E TREINAMENTO			187.538,00	5.330,00	182.208,00			
332313200000	P SERVIÇOS BANCÁRIOS			549,00		549,00			
332313300000	P SERVIÇOS DE VÍDEO E FOTO			34.899,00		34.899,00			
332315600000	P PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			147.400,03	4.893,80	142.506,23			
332319900000	P OUTROS SERVIÇOS TERCEROS - PJ			15.018,52	1.250,00	13.768,32			
333110101000	P DEPRECIAÇÃO DE BENS MOVEIS			268.989,19		268.989,19			
333110102000	P DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			42.125,04		42.125,04			
342310302000	P MULTAS INDEVIDUTAIS SERVIÇOS TERCEROS - PESSOA JURÍDICA			200,81		200,81			
349110000000	P JUROS E ENCARGOS EM SENTENÇAS JUDICIAIS - CONSOLIDADO			670,57		670,57			
352401000000	P ORDENS DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			69.670,48		69.670,48			
352401000000	P PAGAMENTO DE FERIADOS			15.532,00		15.532,00			
365110700000	P DESINCORPOERAÇÃO DE IMOBILIZADO			72.738,85		72.738,85			
45112101000001	P DUODECIMO - CÂMARA MUNICIPAL			18.000.000,00		18.000.000,00			
522110100000	O CREDITO INICIAL			1.955.828,15		1.955.828,15			
522120100000	O CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR			1.955.828,15		1.955.828,15			
522130300000	O ANUACAO DE DOTAÇAO			2.984.841,17		2.984.841,17			
522130900000	O (J) CANCELAMENTO DE DOTAÇOES			7.014.841,17	1.055.678,15	7.014.841,17			
571110000000	O VATOR GERAR DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR PONTE							1.059.911,01	2.984.841,17

CONCLUSÃO

Sem inconsistência ou sem detecção de distorções: Esta auditoria conclui, então, que com base no relatório apresentado pela contabilidade não houve cancelamento de passivos no exercício de 2024.

4 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG³

Não foi instaurada Processo Administrativo Disciplinar e ou Tomada de Contas Especial no Exercício de 2023.

Anchieta - ES, 19 de março de 2025

³ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.